



Ata da Audiência Pública Sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do Empreendimento “Programa Guará-Vermelho”, de responsabilidade da Prefeitura do Município de Cubatão, realizada na cidade Cubatão, em 25 de junho de 2008.

Realizou-se, no dia 25 de junho de 2008, às 17 horas, no Bloco Cultural “Dr. José Edgard da Silva”, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Programa Guará-Vermelho”, de responsabilidade da Prefeitura do Município de Cubatão. Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, declarou que, representando o Secretário-Executivo do Consema Germano Seara Filho e, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores, Clermont Silveira Castor, Prefeito do Município de Cubatão, Luiz Fernando Verdinassi e Ricardo Cretella, respectivamente Coordenador e Diretor Técnico da Unidade de Preparação de Projetos do Município de Cubatão, Ricardo Loscane, Secretário de Indústria e Comércio, Porto e Desenvolvimento do Município de Cubatão, Pedro Gomes, Secretário e Administrador Regional do Casqueiro, Nivaldo Veiga, Administrador Regional de Vila Nova, Mário Gochi, Assessor-Chefe da Assessoria Técnica da Prefeitura do Município de Cubatão –, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores, Adeildo Heliodoro dos Santos, Wellington Ribeiro e Osvaldo Estevão Jordão, Vereadores do Município de Cubatão –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Valmir Ruiz, Diretor do CIESP de Cubatão, Rogério Leite, vinculado à Agência Ambiental da Cetesb e do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais –DEPRN do Município de Cubatão, e Celso Garagnane, Presidente do Comitê de Bacias da Baixada Santista –, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental–EIA/RIMA do empreendimento “Programa Guará-Vermelho”, de responsabilidade da Prefeitura do Município de Cubatão. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, a Secretária-Executiva Adjunta esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e compôs a Mesa Diretora de Trabalhos, chamando para dela fazer parte a representante da Coordenadoria de Biodiversidade e Proteção dos Recursos Naturais–CBPRN, Geóloga Ana Cristina Pasini da Costa. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Luiz Fernando Verdinassi Novaes, Coordenador Geral do Programa Guará-Vermelho da Prefeitura do Município de Cubatão, apresentou um breve histórico da empresa e as principais características do projeto que se pretende implantar. Ione Novoa Gezler Müller, representante da empresa responsável pelos estudos ambientais, Novoa Planejamento e Consultoria, apresentou com detalhes, os estudos ambientais realizados dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento, aos estudos realizados



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

e às medidas que seriam implementadas para mitigar e/ou compensar os impactos mais significativos que serão causados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Fábio Dib comentou: 1) que tinha dúvidas específicas sobre a regularização da área, inclusive sua titularidade, as quais deveriam ter sido dirimidas antes que o licenciamento deste projeto chegasse ao estágio em que se encontrava; 2) que, sem dúvidas, deveria ser considerado o direito à moradia, garantido pela Constituição Federal como direito fundamental do cidadão, e que também era direito do cidadão um meio ambiente ecologicamente preservado; 3) que, embora fossem os ambientalistas que primavam pela defesa do meio ambiente, algumas questões deveriam ser tratadas com maior flexibilidade, e que, no caso da Vila dos Pescadores, deveria levar-se em conta que, há anos atrás infelizmente ocorreram ocupações e foram implantados aterros, dados estes preocupantes para a qualidade de seus moradores; 4) que Cubatão era um Município rico, com orçamento expressivo, e que, mesmo assim precisava pedir um empréstimo de 40 milhões de reais para construir este empreendimento, o qual era exequível, desde que se conseguisse equacionar a situação orçamental e se adotassem medidas para que a arrecadação tributária voltasse para o Município em termos de benfeitorias; 6) que não sabia se constava do EIA/RIMA a caracterização da área no que concernia à possibilidade de eventual contaminação, já que ao lado dela havia um lixão desativado, e ela poderia ter sofrido contaminação causada por resíduos industriais, o que acontecera no Município do Guarujá, uma área denominada Conceiçãozinha que havia sido contaminada e cujos moradores chegaram a receber títulos de proprietários, mas que terão de sair de lá; 7) que, para implantação do projeto de construção de um parque em uma área preservada sob a jurisdição da União, mas que até o momento nenhum documento ou proposta havia sido apresentada, e que, recentemente, havia passado de barco por este local, oportunidade em que constatou que a cerca que havia sido destruída e lá vivia um número bem maior de pessoas do que aquele que havia sido contabilizado durante a realização do censo; 8) que chamava a atenção para a questão da titularidade, de modo a que não se criasse situação semelhante àquela que ocorreu na região do Porto Nobara no Município do Guarujá, a cuja área já havia sido dada uma destinação específica; 9) que tinha em mãos uma sentença judicial decretada pela União, decorrente de uma ação movida pelo Ministério Público, que se fundamentou na alteração de destinação dada a essa área, motivo pelo alertava para a consistência do documento que seria fornecida pela SPU autorizando uma determinada utilização, pois se ela não correspondesse àquela para a qual havia sido criada com certeza seria cancelada a cessão feita pela União; 10) que era imprescindível protocolar esse documentos na Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano-CDHU, para que não se repetisse o fato que recentemente ocorreu no Município de Santos, quando se pretendeu construir o Museu Pelé e se tinha em mãos apenas uma carta dele manifestando seu desejo de fazer uma doação ou empréstimo do seu acervo para construção desse museu, o que foi insuficiente para sua construção; 11) que a obtenção desses documentos era muito importante, para que não se criassem falsas expectativas nas pessoas que aguardavam a reurbanização e a melhoria de sua qualidade de vida; 12) que havia dúvidas também sobre a área da antiga ferrovia que foi integrada ao patrimônio da União, e que não entendia por que a Prefeitura readquiriria esta área que já havia cedido à União, a qual poderia vir a ser utilizada para fins sociais; 13) que não ficou claro onde se localizava a área que seria oferecida como compensação da supressão de vegetação que ocorreria; 14) que a Resolução 369 do Conama permitia a utilização de áreas como essa para interesse social e utilidade pública, entretanto não sabia se o Município havia editado norma específica conferindo a essa área a mesma utilidade, o que constituía um requisito indispensável e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que deveria ser negociado com a Câmara de Vereadores, pois só assim este projeto poderia ser efetivamente implementado; 15) que se preocupava com os possíveis efeitos do aquecimento global na região, principalmente nesse terreno onde se pretendia implantar este empreendimento; 16) que a população encaminhava suas perguntas e questionamentos à Secretaria do Estado do Meio Ambiente através de entidade ou de comissão de moradores. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Ricardo Felipe Lascane, Presidente da Comissão da Agenda 21 de Cubatão, comentou: 1) que, para os que não o acompanharam, este processo era longo, democrático e exaustivo, pois transcorria há mais de um ano e meio, o mesmo tempo em que foi implementada a Agenda 21 em Cubatão, a qual fazia uma intervenção especial no setor da habitação e ocupações desordenadas e cuja coordenação ficava a cargo de Luiz Fernando Verdinassi; 3) que outros projetos como este estavam tramitando nos órgãos municipais, como por exemplo o Jardim São Marcos, que se inseria no plano de cotas que estava sendo desenvolvido e que era acompanhado por comissões compostas por funcionários capacitados da Prefeitura; 4) que a população ficasse tranqüila, pois seria feito o necessário para que todos tivessem moradias dignas, com titularidade do terreno e todos os documentos necessários; 5) que era favorável à implantação desse “Projeto Guará-Vermelho” e que reivindicava que sua implantação se iniciasse o mais rápido possível, o que contribuiria para a criação de condições para o exercício de cidadania. Valmir Ramos Ruiz, representante do CIESP de Cubatão, comentou: 1) que as indústrias, antes de implantar um empreendimento, faziam um diagnóstico de modo a avaliar o investimento que se fazia necessário; 2) que o Município de Cubatão vivia um momento único, com implementação da Agenda 21, a parceria entre a comunidade, o segmento industrial e os órgãos municipais; 3) que, além disso, estavam sendo desenvolvidos projetos, que visavam inclusive a melhoria das condições de vida e, portanto, da sociedade, como também o meio ambiente, os quais eram coordenados pelo Governo do Estado de São Paulo e contavam com o investimento das empresas privadas; 3) que este diagnóstico contemplava também a melhoria contínua da imagem de Cubatão, melhoria esta que não era vista pelos seus moradores, como era o caso deste projeto, que, por certo, contribuiria para a melhoria na qualidade de vida dos moradores, o que era de grande importância; 4) que as indústrias, com subsídios do PAC, estavam gerando postos de trabalho e dando prioridade aos municípios. Marilda Canelas, Vice-Presidente do Diretório do Partido Socialista Brasileiro-PSB do Município de Cubatão, comentou: 1) que há muito acompanhava a tramitação desse projeto, mas só agora teve a oportunidade de ficar ciente do que representava; 2) que, não só como vice-presidente do Diretório do PSB, mas também como supervisora de ensino da rede municipal, questionava como ficaria a situação da população com a implantação desse projeto; 3) que a primeira sensação que tinha era a de que ocorreria o que sempre acontecia, que era dizer que seria feito algo e isso não acontecia, mas que, talvez, em relação a esse projeto, ele podia efetivamente ser implantado, como vinha acontecendo com os bairros-cota; 4) que tinha dúvidas em relação à área preservada, como isso aconteceria, pois recentemente, também, passara de barco pela região e constatou que não havia nenhuma cerca; 5) que, no que dizia respeito às cotas, poderia ocorrer aquilo que aconteceu como o Projeto Habitacional Bolsão Sete, que demorou sete anos para ser implantado, e que ainda hoje algumas famílias moravam ainda em barracos; 6) que, se o assentamento hidráulico durar de oito a doze meses para ser consolidado e só depois se iniciar efetivamente o trabalho de urbanização, a previsão para implantação deste projeto será sete anos; 7) que as famílias se acomodavam em seu local de moradia, e a realidade atual não seria a mesma daqui a sete anos; 8) que tinha preocupação extrema com os problemas sociais, e que, embora se houvesse dito que esse projeto trataria a dimensão social com atenção e cuidado, era



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

necessária muito sensibilidade para se coordenar a implantação de um projeto que exigiria o deslocamento de uma população que possuíam uma determinada condição social, e colocá-las em um imóvel construído pela Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitação, do qual teriam que para pagar prestações, além de água, luz e condomínio; 9) que o Governo do Estado se coresponsabilizasse dessa situação, levando em conta o perfil sócio-econômico das famílias que serão desalojadas, de modo a que não caíssem em desespero ao assumirem compromissos e responsabilidades de essas novas habitações; 10) que se deveria dispensar muito cuidado a essas famílias em virtude do impacto que essa nova situação causará em suas vidas; 11) que ela e a diretora da escola do bairro foram questionadas por um morador se as casas de alvenaria localizadas na Avenida Ferroviária, por estarem velhas, seriam demolidas e se fariam parte deste projeto; 12) que, por último, perguntava se efetivamente o plano de urbanização apresentado se estenderia por toda a vila, inclusive na área já consolidada. Sebastião Ribeiro Zumbi, representando a entidade Cubatão de Bem com o Mangue, comentou: 1) que embora morasse na Vila Esperança onde era um dos maiores núcleos do Município de Cubatão, disse ao diretor do Banco Mundial em uma visita ao bairro, que se pudesse escolher um lugar que tivesse melhor qualidade de vida, escolheria viver na Vila dos Pescadores, por se ter uma situação diferenciada; 2) que agradecia a Deus por estarem recebendo propostas viáveis ao Município como o projeto PAC e o Projeto Guará-Vermelho; 3) que estava satisfeito com os questionamentos feitos por Fábio Dib, que por sua vez representava a comunidade que não tinham o conhecimento e capacidade para analisar a parte técnica; 4) que quanto moradores e invasores que eram, como havia sido dito, buscavam melhoria; 5) que quando esteve no Jardim São Marcos, teve a oportunidade de conversar com alguns moradores, e constatou que as pessoas estavam inseguras em irem morar no Bolsão Nove, pois no Jardim São Marcos tinham sua liberdade, mesmo com buracos nas ruas e com barracos caindo, era aquela a qualidade de vida que eles queriam; 6) que eram tantos os sofrimentos das pessoas em suas atuais moradias, que acabaram se acostumando àquilo, e não tinham vontade de ir para outros lugares; 7) que um governo seja ele Municipal, Estadual ou Federal, deveria fazer o projeto, e procurar a comunidade para saber o que eles querem de melhor para suas vidas; 8) que muitas vezes para os governantes do país, 20% do salário era um preço justo para um apartamento do CDHU, mas que, para os moradores que seriam retirados de suas moradias, deixariam para trás suas histórias de vida no bairro, seria uma mudança muito brusca em suas vidas; 9) que não estava defendendo para que a situação do bairro ficasse daquele jeito, e sim a questão da habitação; 10) que o pessoal da Cota não estavam sendo tratados como os da Vila Esperança foram tratados nem como os da Vila dos Pescadores estavam sendo tratados; 11) que qualidade de vida para eles não era morar numa casa melhor, nem num bairro com infra-estrutura, e sim poder se sentir bem onde estivessem, e para isso pagavam seus impostos; 12) que era a população quem deveria ditar as regras, pois para eles a população era o “patrão” dos governantes do país; 13) que Cubatão caminhava para acabar com as favelas e os bairros não urbanizados; 14) que a Eco-Via tirou dez moradores da Vila Esperança, mas reservou cinco apartamentos no Casqueiro, prevendo o crescimento; 15) que os técnicos dos projetos tivessem atenção especial com os moradores, caso fosse construído um novo bairro para seis mil habitações, que deixassem no mínimo quinhentas casas preparadas para o futuro; 16) que a comunidade não estava preparada para essa realidade, precisariam de qualificação e conscientização na comunidade, e para isso pedia aos moradores que, trabalhassem, cobrassem, e ficassem atentos para que não invadissem novas áreas, pois pensavam em urbanizar, mas não pensavam em preparar as pessoas para a nova mudança de vida. Passou-se à etapa em que se manifestam os presentes inscritos. José Vitor, representante do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Grupo Eco-Filmagem, comentou: 1) que como também representante do bairro Vila dos Pescadores, perguntava se o projeto previa implementação ambiental e mão-de-obra, já que o grupo há muito tempo tentava fazer um trabalho ambiental, tendo ainda a idéia e vontade de colocar pessoas competentes para a realização de serviços de limpeza ambiental e recuperação ambiental na Vila dos Pescadores; 2) que visavam uma criação de renda no local para as pessoas que viviam na comunidade, pescadores e também catadores de materiais recicláveis, para aproveitar a mão-de-obra, já que a urbanização seria realizada no bairro e para o bairro, e a comunidade seria beneficiada com esse projeto; 3) que fossem chamados para a implantação desse projeto, o Grupo Eco-Filmagem, para criar mão-de-obra, qualificar o pessoal, e aproveitar os que já faziam esses serviços e as pessoas que estavam interessadas diretamente na implantação do projeto; 4) que fosse levado em consideração, que boa parte dos moradores da Vila dos Pescadores poderiam estar empregados por até um ano, e poderiam pagar uma provável mensalidade de moradia, água, luz e condomínio, mas que, se ficassem desempregados por algum tempo, aumentaria o número de inadimplências no bairro; 5) que os moradores, independentemente de morarem em favelas ou terrenos já aterrados tinham o interesse de ter o bairro urbanizado; 6) que mesmo morando em favelas, essas pessoas conseguiam sobreviver com um salário mínimo, pois não pagavam prestações de suas moradias, e não pagavam água e luz, e ainda sobrava um pouco para se alimentarem; 7) que era difícil para uma pessoa ir morar num apartamento do CDHU, e de repente se deparar com um filho pedindo pão ou leite, e ter que ficar na dúvida se pagava o condomínio ou se alimentava o filho; 8) que muitas empresas não empregavam as pessoas cadastradas no PAT ou CAAT, por elas morarem na Vila dos Pescadores; 9) que as empresas dessem oportunidade de emprego aos moradores da Vila dos Pescadores, pois tinham capacidade e eram interessados; 10) que fossem construídas casas térreas, para que as pessoas tivessem comodidade e pudessem aumentá-las na medida do possível; 11) que perguntava se o projeto previa contratação de pessoas relacionadas ao meio ambiente que se interessassem pelo bairro, para que pudesse ser feito um belo trabalho. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Joana da Silva Brito comentou: 1) que estava cansada de tantas promessas; 2) que tem problema de artrose, e às vezes caía na ponte, pois mora no meio do mangue; 3) que aguardava uma resposta honesta de alguém, caso contrário venderia seu barraco e iria morar de aluguel, como já aconteceu; 4) que quando foi para o mangue, pensava em ter uma vida melhor, o que não aconteceu, mas preferiria estar no Casqueiro, pagando aluguel; 5) que contava com a ajuda do Prefeito de Cubatão, que sempre lutou pelos bairros e por Cubatão, pois tinha o sonho de viver dignamente, e que, ganhando seu apartamento com um ou dois quartos, sala, cozinha, banheiro, se conformaria; 6) que vivia no Casqueiro há 54 anos, mas só viveu bem enquanto pagava aluguel. Dogival Vieira dos Santos comentou: 1) que ouvindo a exposição, tinha a sensação de que os técnicos decidiam e projetavam pelo comando político, mas parabenizava os técnicos por terem sido competentes; 2) que Cubatão estava sendo tratado como se fosse um corpo humano, doente e com falência múltipla dos órgãos; 3) que numa discussão da Agenda 21, parecia haver falência múltipla dos órgãos, onde a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e as empresas do parque industrial, tentavam salvar este “corpo”; 4) que a Secretaria do Estado de Meio Ambiente, e as empresas bem intencionadas, vinham e começavam a trabalhar na recuperação de uma parte deste “corpo”, o que não adiantava, já que “o corpo” para eles, estava com falência múltipla dos órgãos; 5) que projetos desse tipo se assemelhavam aos projetos das Cotas, como por exemplo o nome do Programa Sócio-Ambiental de Recuperação da Serra do Mar, que foi vendido pelo Governador de São Paulo, José Serra, como a solução definitiva da população de trinta mil moradores das Cotas, e sob esse nome estavam



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

discutindo e debatendo, pois esse programa era uma mentira, através do qual o Governador José Serra, atendendo aos interesses da Eco-Via e das grandes empresas de construção civil e terraplanagem, pretendia expulsar trinta mil moradores das Cotas, acabando assim com a infraestrutura dos únicos bairros na Cidade de Cubatão que tinham o mínimo de infra-estrutura organizada, que se chamam Jardim Casqueiro e Parque São Luiz; 6) que hoje existia um projeto que insere neste contexto, como por exemplo da Vila dos Pescadores, que tinha um projeto macro de remoção forçada, de um quarto (1/4) da população, e nas Cotas seriam trinta mil ou mais, removidas de forma forçada; 7) que propunham a remoção de trinta mil moradores para assentar esses moradores no Casqueiro – onde havia o mínimo de infra-estrutura –, e passariam a ser cinquenta mil moradores, sem aumentar o número de postos médicos, escolas etc.; 8) que os moradores destas regiões estavam sendo tratados de modo desumano, sem a menor compaixão; 9) que ficava impressionado com o pedido de empréstimo feito pelo Município de Cubatão ao Banco Mundial, para resolver os problemas habitacionais, já que o orçamento do Município era de setecentos e sessenta e oito milhões de reais; 10) que não foi comentado o problema dos lixões que existem na Vila dos Pescadores, onde há a produção de uma grande quantidade de chorume que poluía a água dos rios, rios estes que anteriormente pescavam siris; 11) que achava esquizofrênico se falar em recuperação ambiental, e não discutir a recuperação da água – que continuava contaminada – e a poluição industrial nos lixões da cidade; 12) que esses não eram problemas das Cotas, eram problemas da Cidade de Cubatão e dos moradores da cidade, que seriam afetados direto e indiretamente; 13) que a Secretaria do Meio Ambiente era ciente que a Cosipa era campeã nacional em emissão de CO₂, e a Refinaria Presidente Bernardes era a segunda no país; 14) que não estava comprometido apenas a Serra do Mar e o Eco-Sistema da Serra do Mar, estava sendo comprometido principalmente o aquecimento global, e essa responsabilidade não estava sendo cobrada de ninguém; 15) que as empresas já reconheciam sua responsabilidade nesses danos, mas que, não eram chamadas para uma conversa com o Governo do Estado, com a população ou com a Prefeitura, e suas cotas de responsabilidades também não eram cobradas; 16) que lembrava na época da ditadura militar, que os técnicos decidiam, mas os militares mandavam; 17) que não acreditava nos projetos montados em gabinetes, dizia ser projetos fora da realidade das pessoas; 18) que haviam três objetivos para o projeto de recuperação sócio-ambiental: 1- atender os interesses da Eco-Via, que queriam construir a terceira pista do sistema Anchieta-Imigrantes, 2- atender os interesses das empresas de construção civil e terraplanagem, e 3- atender os interesses da CDHU, que ficará com trinta mil novos mutuários em sua carteira de clientes; 19) que a CDHU não estava agindo como uma empresa pública, e sim como uma empresa captadora de clientes, na expectativa de conseguir mais clientes nas Cotas; 20) que entendia o drama das pessoas, mas que as coisas não poderiam ser resolvidas dessa forma, que assim era só mais uma forma de enrolar e empurrar os problemas graves, que tentavam e comportavam como se fosse um corpo doente, mas continuaria distante de qualquer comando; 21) que não eram os técnicos que resolviam os problemas, eles apenas cumpriam ordens e executavam o trabalho, a política é quem decidia tudo na vida das pessoas; 22) que em sua avaliação, um projeto que tentava recuperar órgãos num “corpo” falido era inútil, devia-se ressuscitar este “corpo”, e isso só poderia ser feito com a população, que precisava ser ouvida neste projeto, e que projetos montados em gabinetes e distantes do sentimento da população, não dariam certo; 23) que não adiantava cimentar a favela ou verticalizá-la; 24) que participou durante dois anos da luta dos moradores da Vila São José pela construção de novas casas, onde enfrentaram repressões e bombas de gás, mas que, ao final conseguiram as casas que o Estado queria cobrar, assim como o Estado tentava fazer



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

nas Cotas, na Vila dos Pescadores e na Vila Esperança; 25) que projetos como o da Vila dos Pescadores, não poderiam ser pensados por técnicos sem ser levado em consideração a realidade da população, a realidade sócio-econômica, a realidade do desemprego e a realidade dos laços de vizinhança; 26) que por falta de planejamento, falta de legislação e falta de disciplina na ocupação urbana, estava sendo erguida uma favela vertical na Vila São José, e o projeto original era de dois pavimentos, mas agora há casas com até quatro pavimentos, pois as famílias conforme cresciam aumentavam suas moradias; 27) que lembrava como dito anteriormente, como poderiam pensar num empreendimento desse porte, sem ter algum documento que garantisse a posse da terra, que o repasse não havia sido feito e já estava comprometido em cinquenta milhões de reais; 28) que não estava sendo reconhecido nem respeitado o direito dos moradores que estão no local há dez, quinze, vinte anos, dos moradores das Cotas, da Vila dos Pescadores e da Vila Esperança, onde os que ficarem também terão que pagar por mais vinte e cinco anos as propriedades ocupadas; 29) que a Câmara de Vereadores não havia aprovado ainda a lei de zoneamento destinada à área para a proteção ambiental; 30) que lembrava ainda que, os técnicos não eram os responsáveis pelo projeto, apenas faziam sua parte – a responsabilidade era da política, que deveria decidir junto com a população. Wagner Vítor comentou: 1) que o nome Vila dos Pescadores, se dava à pescadores vindos de todas as regiões do Brasil, pescar em Cubatão; 2) que em Cubatão diziam que as pessoas deveriam fazer cursos, e muitos desses cursos acabavam guardados, pois para nada servia, já que pessoas mais antigas que moram na Vila dos Pescadores viviam da pesca, siri e caranguejo; 3) que fazia um trabalho de filmagem por que havia tido a oportunidade de fazer esse trabalho, mas perguntava o que fariam as pessoas que não tiveram oportunidades como essa; 4) que os filhos de pessoas que moravam na região há muitos anos, vinham de fora e tinham a possibilidade de estudar, fazer cursos e se graduar para entrar numa empresa de porte, mas, os avós e os pais dessas pessoas não teriam as mesmas condições, não podendo assim serem esquecidos e abandonados; 5) que deveriam ser feitos, programas para os pescadores, pois a pesca estava sendo erradicada no Município, inclusive na Vila dos Pescadores, e que se possível fosse, mudar o nome da Vila dos Pescadores, já que não haveria mais pescador na região devido o pescado estar acabando em razão dos lixões; 6) que todos falavam que as favelas poluíam a Vila dos Pescadores, mas que na verdade todos os bairros contribuíam com a poluição; 7) que não adiantava dizer que a culpa era da Vila dos Pescadores, pois todos tinham sua cota de culpa, e que não estavam procurando culpados e soluções. Sérgio Alexandre comentou: 1) que como representante dos bairros: Vila São José e Vila Varanda, perguntava com relação ao estudo ambiental, se havia sido feito campanha educacional, se foram entregues à população folhetos e folders explicativos e se foram realizados cursos de capacitação; 2) que tinha uma experiência diferente à dos moradores da Vila dos Pescadores, por ter morado em São José do Rio Preto e Brasília, e achava que nos aspectos de assentamentos, o ideal seria fazer loteamentos verticais, mas que dentro dos estudos feitos em Cubatão não havia área, podendo ser discutido no Conselho a ampliação de áreas destinadas à questão habitacional; 3) que, se talvez através da Secretaria, fosse feito um censo ou pesquisa perguntando o tipo de moradia que as pessoas desejavam, certamente essas pesquisas seriam vencidas pelo pedido de casas térreas; 4) que este estudo era prévio e não definitivo, pois seriam acrescentadas outras propostas, como por exemplo da Eco-Filmagem no que diz respeito ao processo ambiental de mangues, e o processo da limpeza urbana, onde teriam pessoas capacitadas para o trabalho; 5) que desejava que, ao final da conclusão do projeto, houvesse uma ampla manifestação de satisfação; 6) que perguntava se seria levado em consideração o aspecto cultural da Vila dos Pescadores; 7) que independente da aprovação ou não do projeto, deveria haver



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

uma equipe de pelo menos trinta assistentes sociais para dar andamento ao que seria feito. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Wellington Ribeiro da Silveira, Vereador do Município de Cubatão, comentou: 1) que a Câmara Municipal de Cubatão aprovou o projeto de leis criando as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, e as Cotas era uma área que compunha ZEIS por ser uma área de zoneamento e de interesse pessoal, mesmo porque não havia como tirar o contingente de moradores das vilas periféricas, pois a lei de ocupação de solo tinha, uma área muito restrita, pequena e ínfima para a habitação em Cubatão; 2) que a maior parte das áreas vistas nesses estudos, são predominantemente em áreas de encostas como, P. E. da Serra do Mar e manguezais, e para isso a lei de ZEIS foi votada e aprovada pela Câmara de Vereadores, para que as comunidades fossem beneficiadas com projetos de melhoria da qualidade de vida e em todos os setores; 3) que na condição de morador da Cota 95, não se sentia acomodado, e tinha satisfação, orgulho, prazer e principalmente segurança de morar na Vila dos Pescadores, pois não havia nenhum tipo de violência nem marginalidade; 4) que quando votou na lei de ZEIS, votou na convicção de que estava promovendo um bem para que as comunidades pudessem contar com equipamentos imprescindíveis como, escolas, creches e todos os equipamentos públicos essenciais para a manutenção da vida e da socialização de todos os moradores; 5) que além de Vereador do Município de Cubatão, era professor da rede pública, e particularmente na Vila Natal e Vila Esperança há dezesseis anos; 6) que foi falado na explanação, sobre o aterro hidráulico que também houve na Vila Natal, e se recordava da área alagada, onde sofreu o aterramento hidráulico na área do Conjunto Habitacional Mário Covas, e que como qualquer tipo de aterro, precisava de um tempo para se acomodar na área, o que poderia acontecer também na Vila dos Pescadores, pois o aterro vinha se acomodando ao longo desta história; 7) que o conjunto habitacional já existe, os moradores que saíram do Morro do Mar Zagão foram transferidos para casas térreas, receberam as chaves, mas, não receberam as cartas de habitação, e se passarem por um laudo do Corpo de Bombeiros, certamente não receberão o laudo em conformidade com as normas vigentes, por conta dos sérios riscos percebidos naquele conjunto habitacional; 8) que a acomodação do terreno era muito séria, e muito grave, e vinha fazendo com que o solo e as paredes no entorno dos blocos de apartamentos cedessem juntos; 9) que os moradores há cinco anos vinham brigando, uma vez que a tubulação de gás encanado está cedendo junto com a área, impossibilitando a chegada de gás nos apartamentos, o que levou Vereadora de Cubatão, Márcia Rosa, fazer um requerimento ao Estado, relatando o perigo do gás, e só depois chegaram os técnicos da CDHU tentar recuperar; 10) que geologicamente e geograficamente eram duas áreas distintas, a área do Conjunto Mário Covas e a área da Vila dos Pescadores, que ficavam numa área mais úmida, no entorno do Rio Casqueiro, com muito mais proximidade de água, onde haverá a construção de taludes; 11) que perguntava qual seria a possibilidade desse talude vir a ceder, devido a proximidade com o Rio Casqueiro, já que todo equipamento deste porte sofria a deterioração natural com o decorrer do tempo, – quais seriam os riscos corridos pelos moradores, por haver um aterro hidráulico, e a contenção através de talude, – e qual a possibilidade desses equipamentos e serviços se deteriorarem; 12) que a Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional era a pior instituição pública da área de edificações residenciais e conjuntos habitacionais, e não era confiável, pois a população não tinha segurança e não acreditava nos empreendimentos por ela construídos 13) que relatou a insegurança da população aos gestores diretos dessa companhia e dizia sentir muito caso os houvesse deixado constrangidos ou envergonhados, mas que essa desconfiança nos empreendimentos de sua responsabilidade se devia à própria história dessa companhia, porque não só o Conjunto Mário Covas estava ruindo e cuja



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

recuperação era muito lenta. Márcia Rosa, Vereadora do Município de Cubatão comentou: 1) que, em 2006, o Bloco Cultural recebeu uma comissão de moradores após um incêndio ocorrido na Vila dos Pescadores, o qual foi respondido com um pedido de cassação pelo fato de ter questionado a lentidão do processo de implantação do Projeto Guará-Vermelho, que havia sido iniciado em 2003; 2) que vinha acompanhando, ao longo desses cinco anos, a implantação de projetos habitacionais como São Judas, Conjunto Mário Covas e Bolsão Sete, o que lhe vinha causando preocupação, pois acreditava que o Poder Público local tivesse a compreensão de que eles não atingiriam seus objetivos, pois, quando visitou esses apartamentos, constatou que mais de 80% dos moradores não mais residiam neles; 3) que um dado importante era que os moradores do Morro do Pica-Pau tiveram que declarar que possuíam uma determinada renda, a qual efetivamente não alcançavam; 4) que, ao longo desses cinco anos, compartilhou com a população a preocupação que tinha com relação a essa Companhia, principalmente em relação ao compromisso com o pagamento das mensalidades durante vinte e cinco anos ou mais; 5) que recentemente um funcionário dessa companhia declarou que reconhecia todas as falhas e todos os problemas existentes com os projetos implantados em Cubatão e em outros Municípios, demonstrando que pretendia ter uma boa relação com a comunidade, e era exatamente isso que a comunidade desejava, ou seja, estabelecer diálogo com os representantes desse órgão, e, dessa forma, estreitar a relação com Poder Público; 6) que não conseguia se convencer de que os moradores da Vila dos Pescadores que não tinham nenhuma renda pudessem assumir mensalidade, condomínio, água, luz e tantos outros gastos; 7) que haviam dado um passo importante num projeto que há mais de dois milhões e oitocentos metros quadrados em uma área regularizada pelo Governo Federal, e era preciso dizer que o Governo Federal era o grande avalizador por ter se empenhado neste projeto, e por ter regularizado a área que era pública e que pertencia à União; 11) que deveria haver a responsabilidade do Município com a população, para que fosse discutido caso a caso, situação a situação, já que muitas vezes as pessoas não faziam questão por ser um processo lento e demorado, mas era imprescindível que cada família fosse ouvida, e suas dúvidas e questões colocadas fossem encaminhadas aos órgãos responsáveis, para que não se cometesse qualquer tipo de injustiça, como as injustiças testemunhadas pela Vereadora com relação ao Bolsão Sete e o prédio da CDHU no Conjunto Mário Covas; 12) que parte desta área que equivale de setecentos a oitocentos mil metros quadrados, será utilizada para construções habitacionais, e cerca de dois mil metros quadrados será utilizada para a construção de projetos aos moradores da Vila dos Pescadores, para que tenham renda, e que o contrato da CDHU de pagar, tenha uma vinculação direta com a renda que esse trabalhador terá; 13) que caso os moradores não pudessem assumir essa dívida por não terem renda, lhes fossem garantidos esse espaço de dois mil metros quadrados, e que isso havia sido discutido inclusive numa cooperativa de costureiras, e sabiam que uma cooperativa criada hoje não começaria a render amanhã, mas que houvesse um elo ou ligação direta entre esses empreendimentos, que pudessem gerar renda para esta comunidade, e tivessem o comprometimento em pagar parcelas, pois do contrário as pessoas não sairiam de onde estavam, mesmo com toda a precariedade do local, como um fato relatado por uma senhora, que dizia preferir morar num barraco onde chovia dentro, do que ir para um lugar com melhor estrutura, mas não poder pagar, e depois aparecer alguém para despejá-la, como já havia acontecido com outras famílias no Conjunto Mário Covas; 14) que como representantes da população que eram os Vereadores, teriam a responsabilidade e o compromisso de fazer a interlocução junto ao Poder Executivo, para discutirem essas questões, pois queriam sim um projeto habitacional, desde que a comunidade fosse ouvida, respeitada, e atrelada a questão da renda, porque a população precisava de ter renda; 15) que deixava uma crítica,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

onde relatava que após um incêndio onde famílias perderam tudo, e o tudo que tinham era pouco, houveram mais dois incêndios, e dava graças à Deus por não ter tirado a vida de ninguém, mas que isto não poderia ter acontecido; 16) que quando esteve em Brasília, constatou que há um ano a documentação do Programa Guará-Vermelho estava parada no Tesouro Nacional, devido a Prefeitura Municipal de Cubatão não ter encaminhado, deixando o projeto parado por todo este tempo, e isso deveria ser agilizado, assim como o diálogo com a comunidade. Dinho – Vereador de Cubatão comentou: 1) que o que lhe chamava a atenção, era o fato de a Senhora Joana ter dito anteriormente, que era mais feliz quando pagava aluguel no Casqueiro do que morando hoje na Vila dos Pescadores, o que o Vereador lamentava; 2) que estava tudo errado desde 2003, e que quando esteve em Brasília, soube que a Prefeitura ao contrair o empréstimo com o BIRD e o Banco Mundial, deveria ou poderia ir direto ao Governo Federal, mas foi primeiro ao BIRD, e mandaram a Prefeitura voltar ao Governo Federal para depois fazer a transação, ou seja, havia perdido tempo, os erros vinham acontecendo, e o projeto demorado; 3) que, no momento em que se tenha um convênio com o Governo Federal e um acordo desse tipo com o BIRD, qualquer tipo de convênio que fosse assumido pela Prefeitura, teria que ser avisado ao Tesouro Nacional; 4) que em Julho de 2007, assinaram um convênio com o Reluz o qual estava parado até o momento, pois não apresentaram a documentação necessária para ser autorizado pelo COFIEIX, havia um prazo para a entrega dessa documentação, mas foram vencidos os dois primeiros anos deste prazo, tendo que ser feito novo pedido de autorização ao COFIEIX; 5) que deveria haver um maior entrosamento para que não voltasse a acontecer esses incidentes; 6) que a resposta do Governo Federal, era a de que quando eles pediam a documentação, havia uma demora muito grande na entrega por parte da Prefeitura, sendo que o prazo que o Governo Federal tinha para responder era de dez dias, e não entendia onde estava a demora; 7) que, conforme os pronunciamentos dos Vereadores Márcia Rosa e Wellington, dizia que o projeto deveria sair do papel, mas que a população deveria ser ouvida para que não acontecesse o que estava acontecendo nos projetos habitacionais de Cubatão, onde as pessoas saíam da periferia e acabavam voltando por não terem condições de pagar uma prestação, e por não lhes serem dadas condições para que pudessem pagar essas prestações; 8) que perguntava a respeito do documento do COFIEIX, se já havia sido solicitada uma nova liberação, e quais documentos dos convênios faltavam para que fossem encaminhados ao Tesouro Nacional. Passou-se à etapa das réplicas. Luiz Fernando Verdinassi Novaes – Coordenador Geral do Programa Guará-Vermelho da Prefeitura Municipal de Cubatão respondeu: 1) ao Vereador Dinho que, o pedido de renovação da COFIEIX havia sido feito em abril, e que a documentação complementar e uma última documentação solicitada na semana anterior já haviam sido entregues ao Tesouro Nacional, que não era o responsável por esses documentos, mas estava a par dos acontecimentos; 2) que era preciso as pessoas entenderem que quando mudarem de patamar social, precisarão de apoio; 3) que estão pretendendo estabelecer um plano de reassentamento, devendo ser iniciado ao final deste ano de 2008 ou início de 2009, por ser uma exigência inclusive do projeto, onde haverá também uma conversa da Vereadora Márcia Rosa com cada família; 4) que estavam fazendo um trabalho de treinamento de pessoal, e que duzentas e cinquenta pessoas já se formaram nos cursos noturnos que estavam sendo ministrados no Nóbrega, no Rio Casqueiro, e achava que deveria ser multiplicado para que as famílias que mudassem para esse novo cenário, tivessem a certeza de que teriam renda para poder pagar as prestações de seus apartamentos, pois não havia ninguém no mundo que pensasse em colocar uma pessoa em uma condição de vida nova, sem dar a ela os meios para sobreviver ali, e que as pessoas podiam estar certas de que esta era a preocupação do Programa Guará-Vermelho; 5) que quanto a documentação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

colocada na audiência pelo membro do Consema, disse que tinham caminhado em direção à uma solução, e esta solução era a assinatura da escritura com a Rede Ferroviária Federal, com valor e prazo definidos, mas que, a Rede Ferroviária foi extinta antes de ser assinada a escritura, sendo necessário procurar um novo documento junto à SPU, que é parceira neste empreendimento, e faltava apenas assinar a transferência da posse, o que já estava encaminhado para ser feito; 6) que estava sentindo a boa vontade do Governo Federal em realizar este empreendimento. Ione Novoa Jezler Muller – Diretora da Novoa Planejamento e Consultoria respondeu: 1) que a questão da poluição foi analisada no EIA/RIMA, e gostariam de abordar tudo o que era analisado, inclusive houve uma preocupação especial com relação à poluição; 2) que faziam toda uma análise da circulação das águas, circulação de marés, qualidade das águas, e dos sedimentos do fundo do Rio Casqueiro para saber se oferecia algum risco à população, assim como o solo onde está assentada a Vila dos Pescadores; 3) que todas as análises feitas indicavam que o principal problema era dos esgotos que saíam da Vila dos Pescadores para dentro do Rio Casqueiro; 4) que não havia sido identificada qualquer contaminação nos lixões, mas que, de qualquer forma existia um programa de monitoramento para ser feito durante e após as obras, tanto da qualidade da água como da qualidade dos sedimentos, para que fosse certificado que nenhuma outra medida fosse necessária, e se fosse seria implantada; 5) que todas as análises feitas nessa fase de EIA/RIMA, indicaram que não existem riscos à população, ao contrário, com a urbanização e implantação da infra-estrutura sanitária, coleta de esgotos e a distribuição, resolver o problema das drenagens, coletas de lixo, tudo isso será equacionado e a favor da questão ambiental, eliminando assim a principal fonte de poluição; 6) que no processo de repasse do imóvel da área da Vila dos Pescadores para a Prefeitura, estava sendo repassada também toda a totalidade da área indicada, onde inclui a Vila dos Pescadores, a área ao lado que será utilizada para a expansão, e toda a área restante que será destinada à compensação ambiental que é todo o parque da reserva da Vila dos Pescadores, que terá a recuperação da área dos mangues que foram degradados e a conservação dessa área com um parque nacional, e essa área extrapolava qualquer matemática de compensação ambiental pela retirada dos quase sete hectares de vegetação com características de restinga; 7) que o Programa Guará-Vermelho buscava a maior sustentabilidade da população e da comunidade envolvida que será afetada, e a parte de reurbanização, obviamente terá seu aspecto físico das construções, mas que, tiveram a preocupação de incluir em todas as facetas do programa, um envolvimento da população e das comunidades que já estavam atuando dentro da Vila dos Pescadores, e o Grupo Eco-Filmagem era um dos grandes candidatos para os trabalhos de limpeza e serviços ambientais, para os programas de recomposição da área de mangue e de proteção da área dos mangues; 8) que existia dentro do Programa Guará-Vermelho um componente de educação ambiental que previa justamente, o envolvimento da comunidade, tanto na conservação das áreas vegetais, como em outras atividades de educação ambiental, onde não havia a menor dúvida de que quanto mais a comunidade estivesse envolvida, o benefício seria maior para todos; 9) que estavam à disposição para quaisquer outros esclarecimentos. Ana Cristina – Diretora do DAIA/SMA disse que esse EIA/RIMA estava em análise na Secretaria de Meio Ambiente, e que durante essa análise ouve-se uma série de órgãos do próprio Sistema de Meio Ambiente, órgãos e entidades fora do Sistema de Meio Ambiente, Comitê de Bacias, enfim, obtinha-se pareceres de técnicos, especialistas, e a realização de Audiências Públicas. Essa análise, quando concluída no âmbito do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA, era encaminhada ao Conselho Estadual de Meio Ambiente – Consema, para deliberar sobre a viabilidade ambiental deste empreendimento. Sendo a deliberação favorável, será emitida uma licença prévia e,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

após essa fase de licença prévia, o empreendimento será submetido ao licenciamento no âmbito do Graprohab – grupo que reúne todos os órgãos e entidades do Estado, que de alguma forma se manifestam sobre empreendimentos habitacionais. Nesse grupo há o DAEE, Sabesp, Cetesb, e DPRN que fala da legislação florestal, enfim, é um colegiado que delibera sobre licenças de instalação e de operações de empreendimentos imobiliários. Tudo que foi dito nesta audiência foi gravado, no entanto a equipe técnica do DAIA que está fazendo essa análise esteve presente, além de terem acesso às documentações entregues, ouviu-se as principais preocupações que foram levantadas, as principais dúvidas e anseios dos diretamente afetados, a comunidade de Cubatão. Isso será levado e incorporado na análise que os técnicos vão fazer desse empreendimento. A Secretária Executiva Adjunta do Consema, declarou terem sido seguidas as etapas das audiências e informou que todas as pessoas que desejarem ainda contribuir para o aprimoramento desse projeto terão até o dia (.....) para fazê-lo, ou encaminhando sua contribuição, pelos Correios, para a Secretaria Executiva do Consema ou protocolando-a diretamente nesse setor. Depois de agradecer, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, a presença de todos, declarou encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.